

Megaoperação da PM em favelas do RJ deixa nove mortos

Secretário afirma que a ação foi em resposta a invasões durante o Carnaval e que objetivo foi proteger moradores

Crístina Canargo, Bruna Fantini e Alexia Sousa

SÃO PAULO e **NO** de JANEIRO. Nove pessoas foram mortas em uma megaoperação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em favelas dominadas pelo Comando Vermelho nesta terça-feira (27). É o maior número de mortos em operação policial no estado em um único dia em 2024.

A ação também deixou dois policiais feridos, e cinco suspeitos foram presos.

Os PMs estiveram nos complexos do Alemão, da Penha e da Maré, na zona norte, e na Cidade de Deus, na zona oeste, entre outras localidades. Moradores relatam barulho de tiros desde a madrugada e dificuldade para sair de suas casas.

Em entrevista coletiva concedida à tarde, o secretário estadual de Segurança do Rio, Victor Santos, disse que a operação foi extensa.

"Essa operação é uma resposta a invasões de todo o período pré-Carnaval e durante o Carnaval. O serviço de inteligência teve informações de que essa organização criminoso estava planejando outras invasões", afirmou.

O objetivo dessa operação

foi não somente estancar, palear essa tentativa, no sentido de proteger as pessoas que moram nessas comunidades, trazer tranquilidade para eles. Dentro desse contexto, entendi que a operação foi bastante extensa", completou.

Por causa da operação, 60 escolas e creches municipais foram fechadas nesta terça, afetando mais de 20 mil alunos. Além disso, as clínicas da família Zilda Arns, no Complexo do Alemão, e Jeremias Moraes da Silva, na Maré (zona norte), interromperam o funcionamento.

Quatro das vítimas foram mortas em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, e a polícia afirma que eles eram suspeitos. Eles foram identificados como Keven Leite Fernandes, conhecido como Tomate; Laian Marcelo Cavalcanti de Jesus, de apelido Gato; e Maicon Batista de Freitas, o ME. O quarto morto tratado como suspeito não foi identificado.

De acordo com a polícia, eles foram mortos após deixarem o Complexo da Penha com destino à comunidade Trão do Ouro, na Baixada Fluminense. Ainda segundo a corporação, eles foram levados para a UPA (Unidade de Pronto

“

Essa operação é uma resposta a invasões de todo o período pré-Carnaval e durante o Carnaval. O serviço de inteligência teve informações de que essa organização criminoso estava planejando outras invasões

Victor Santos, secretário estadual de Segurança do Rio de Janeiro

cantes em represália às mortes de suspeitos ligados ao tráfico da região.

Na comunidade da Flexal, em Inhaúma (zona norte), outras quatro pessoas foram baleadas — a polícia afirma que também eram suspeitos. Eles teriam sido socorridos e levados para hospitais da região, mas três morreram. Duas pistolas foram apreendidas, ainda segundo a polícia.

No Complexo do Alemão, dois homens, também identificados como suspeitos pela polícia, foram baleados e mortos. Eles teriam sido socorridos por moradores e levados para uma UPA da região, de acordo com a PM, mas não resistiram e morreram.

Um deles, conhecido como Talib, tinha passagens por tráfico de drogas, segundo a polícia; o outro, de apelido Bato, seria uma das lideranças do crime organizado em Alagados.

Ainda no Complexo do Alemão, a PM afirma que um confronto entre policiais do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e um grupo de homens armados terminou com dois suspeitos baleados e que eles foram socorridos.

A corporação diz ainda que um policial militar do Batalhão de Choque foi ferido no Complexo da Penha. Baleado no braço, foi levado para o Hospital Central da PM, no Estácio, e seu estado de saúde é estável.

Outro agente, do Batalhão do Meier, foi ferido por estilhaços durante a operação. Segundo a Polícia Militar, ele foi levado ao Hospital Municipal Salgado Filho, na mesma região, e seu quadro de saúde é estável.

No Meier, os agentes prenderam um homem e duas mulheres que tentavam se esconder em um motel. Segundo a PM, o suspeito, conhecido co-

mo Coquinho, é considerado um dos maiores ladrões de joias da região.

Já no Complexo da Penha, equipes do Batalhão de Polícia de Choque afirmam ter prendido um homem conhecido como Bebel da Penha, que seria foragido da Justiça e suspeito de integrar uma quadrilha de roubo de veículos na região.

A PM afirma que precisou remover barricadas formadas por pneus, solas e até carros pegando fogo no Complexo do Alemão e na Cidade de Deus para acessar as ruas das comunidades.

Em uma área de mata no Alemão, um acampamento supostamente utilizado por traficantes foi destruído pelo Bope.

Já na comunidade da Chacrinha, na zona oeste, agentes do Batalhão de Jacarepaguá afirmam ter entrado em confronto com homens armados. A PM diz que um suspeito foi atingido e socorrido e que um fuzil foi apreendido.

Imagens registradas por moradores mostram que a Rocinha, na zona sul, foi cercada por policiais na noite de segunda-feira (26), antes da megaoperação nas outras regiões — a comunidade, contudo, não foi incluída nas ações desta terça-feira.

Na megaoperação, as equipes policiais também estiveram em outras comunidades na região, como Engenho da Rainha, Jaramentinho e Ipa-su, em Vicente de Carvalho, Guapori, Tinta e Quitungo, em Brás de Pina, e Cordovil.

Participaram das ações agentes da COE (Comando de Operações Especiais), unidades do 1º e 2º Comandos de Policiamento de Área e da Coordenação de Polícia Pacificadora.

Colaboração: Leonardo Vicieli, do Rio de Janeiro

Secretário diz que advogado morto no Rio já era visado por criminosos

Leonardo Vicieli

NO de JANEIRO. O secretário estadual de Polícia Civil do RJ, Marcus Amim, afirmou nesta terça (27) que a morte a tiros do advogado Rodrigo Marinho Crespo não está relacionada ao que chamou de "criminalidade comum", como tentativa de roubo.

Conforme Amim, a ação tinha um advogado como vítima pré-definida. O secretário rechaçou a possibilidade de letalidade (roubo com morte) e disse que a polícia não descarta nenhuma hipótese como eventual motivação para o homicídio.

A criminalidade existe em toda grande metrópole, e não é diferente no Rio. Mas o crime de ontem não está ligado a esse tipo de criminalidade comum, disse Amim. "Se tivesse um policial militar na porta, o crime não teria acontecido aqui, mas provavelmente teria acontecido [em outras circunstâncias]. Ele [advogado morto] estava sendo alvo de uma ação criminoso", disse.

Rodrigo Marinho Crespo foi morto na tarde de segunda (26) na avenida Marechal Câmara, perto da sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no centro do Rio. Ele estava calculando quando foi assassinado a tiros. Em frente ao local funcionava o escritório de uma vítima era sócia e, na mesma via, os prédios da Defensoria Pública e do Ministério Público.

Amim participou de entrevista na sede da OAB do Rio nesta terça. Segundo ele, as investigações ouviram quatro pessoas, formalmente, até agora. A polícia não descarta a possibilidade de o crime ter relação com atividade laboral exercida pelo advogado.

"Não tem nenhuma hipótese que esteja com mais força", disse Amim, que afirmou não ter acesso ao laudo do caso, mas declarou que a vítima foi alvo provavelmente de 12 disparos — dois quando estava de pé e dez quando já estava no chão.

Isso não dá característica de execução, disse. "Diferentemente do que as pessoas acham, atirar não é tão simples. O autor já fez e sabia o que estava fazendo".

A OAB pediu investigação rápida da casa, a descoberta dos criminosos e a apuração se a morte teve relação com o trabalho do advogado. "O criminoso desafiou toda a polícia do estado do Rio de Janeiro", disse o secretário estadual de Segurança do Rio, Victor Santos.

No RJ, há 82 processos com o nome de Crespo. A empresa Orlé que mais aparece como cliente. Ele já atuou em favor da Souza Cruz e causas civis do empresário José Carlos Lavorata, dono de empresas de ônibus e deletor da Operação Lava Jato no RJ. Ele atuou em favor de Gláudio dos Santos, preso sob acusação de comandar pirâmide financeira.

Segundo o órgão municipal, os moradores do prédio podem decidir como será a volta para casa.

O advogado Rodrigo Marinho Crespo, morto no Rio



Policiais militares durante ação na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, após removerem barreira. Divulgação/PMRJ

Coronel dono de arsenal em Campinas é encontrado

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO O coronel da reserva Virgílio Parra Dias, 66, que mantinha um arsenal em um apartamento incendiado no último sábado (24) em Campinas (SP), foi encontrado na madrugada desta terça (27) em uma praça no Jardim Chapadão, com um ferimento. De acordo com informações do boletim de ocorrência, o militar tentou suicídio.

A Polícia Civil procurava Dias desde o acidente no edifício Fênix, alvo de explosões e um incêndio. No total, 14 pessoas tiveram de ser resuscitadas e 23 ficaram feridas depois de

inálises fumega.

O coronel foi socorrido e levado para o Hospital Santa Terêza, depois transferido para o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, onde ficou internado. A assessoria de imprensa da unidade confiou, mas não deu detalhes sobre seu estado de saúde.

O prédio foi liberado pela Defesa Civil aos moradores apenas nesta terça — somente o apartamento do coronel continua interditado. A liberação do edifício ocorreu após ser resuscitado e 23 ficaram feridas depois de

coronel chegou a ser visto do lado de fora do prédio pelas equipes que atuaram no combate às chamas, mas deixou o local e era procurado desde então para dar explicações. A polícia não sabe dizer se ele já tem advogado.

Ainda de acordo com o boletim de ocorrência, Dias estava hospedado na casa de um amigo, também coronel da reserva. O amigo relatou que precisou sair de casa e, quando retornou, não encontrou Dias. Só depois procurou-o e o encontrou sentado no banco da praça, ferido e sangrando. A polícia Militar e os bombeiros,

Nesta segunda (26), o Comando Militar do Sudeste afirmou que foi aberto processo administrativo para averiguar possíveis irregularidades quanto à situação cadastral do arsenal mantido no apartamento do coronel.

Em nota, o Exército disse que o militar possui registro válido como atirador, caçador e colecionador (CAC), que permissão a ele e a armação de armas de fogo e munições, de acordo com uma série de prescrições legais.

O risco de haver munição escondida — certa de decorreram armazéns no local — sob os escombros do apartamento

tem que houve explosões de munições e o incêndio fez com que o local ficasse interditado até a remoção dos resíduos.

Neste período, o edifício teve a energia elétrica desligada. "A agilidade foi essencial para que não houvesse mais nenhum resquício de artefato explosivo no apartamento", afirmou o diretor da Defesa Civil de Campinas, Sidney Furtado, sobre o trabalho dos militares.

Segundo o órgão municipal, os moradores do prédio podem decidir como será a volta para casa.



O advogado Rodrigo Marinho Crespo, morto no Rio